



Informativo ANFIP-RJ

Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Estado do Rio de Janeiro

INFORMATIVO ANFIP-RJ nº121 – Ano XIV

JANEIRO-FEVEREIRO/2020



PAGS. 4 e 5

• GDAT – NÃO ACREDITE EM GOLPISTAS!

São muitos os que estão tentando roubar os Auditores Fiscais. Cuidado, sobretudo com as ligações telefônicas solicitando depósito prévio para liberação de valores de ação judicial.

PAG 3

• UNIMED VITÓRIA, reajuste menor a partir de fevereiro

PAG 3

• Reforma Administrativa

PAG 7

AGRADECIMENTO

Um sucesso absoluto! É o que podemos dizer do almoço de confraternização de fim de ano da nossa Associação, realizado no salão New York, na cobertura do Hotel Windsor Flórida, no bairro do Flamengo. Associados e convidados foram recepcionados com muito carinho pelos nossos colaboradores e tiraram muitas fotos junto ao banner da Associação, ilustrado com imagem do Cristo Redentor de braços abertos para a cidade do Rio de Janeiro.

Um buffet de qualidade, com pratos variados da culinária nacional e internacional, e animação musical da Banda Rio Postal coroaram a tarde do dia 12 de dezembro.

Leila Signorelli, presidente da entidade, agradeceu a presença de todos, destacando as seguintes: o presidente da ANFIP Décio Bruno Lopes, os ex-presidentes da ANFIP-RJ (Alfredo Lemos, Aniceto Martins, Cauby Palmeira, João Barros Padilha, Maria Ana da Silva, Oswaldino Aragão e Sergio Wehbe), a ex-presidente do Sindifisp-RJ Magalita Guasti, o vice-presidente da Unafisco Associação-RJ, Roberto Prastes de Aquino, os delegados da Receita Federal do Brasil-RFB da 7ª Região Fiscal-RF, Delegacias I e II, respectivamente, Fernanda Freire Virgens e Fabio Amaral, a Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas-DIGEP da RFB da 7ª RF Rosana Escudero, a ex-Superintendente Adjunta da RFB da 7ª RF, Denise Esteves Fernandez, o ex-Chefe da Malha Fiscal da Delegacia I da RFB da 7ª RF, Leônidas Quaresma, a Chefe da Divisão de Programação e Logística da RFB da 7ª RF Marcia Rita e a colega Auditora Fiscal Aposentada, ex-Delegada Adjunta da Delegacia da RFB em Fortaleza/CE da RFB (3ª RF), Ercília Leitão Bernardo e esposo.

Nosso MUITO OBRIGADA aos associados (as), extensivo aos colaboradores, e convidados, pela marcante presença nesse EVENTO, anualmente tão esperado pela nossa ANFIP-RJ.

FELIZ ANO NOVO!

ANFIP-RJ

Conselho Executivo Presidência

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

Diretorias

Administração Patrimônio e Orçamento

José Arinaldo Gonçalves Ferreira

Secretária

Sônia Maria Cunha dos Santos

Finanças

Luiz Gonzaga Bernardo

Assuntos Jurídicos

João Barros Padilha

Política de Classe e Cultura Profissional

Marcílio Henrique Ferreira

Assuntos de Aposentadoria e Pensões

Maria Ana da Silva

Serviços Assistenciais

Ângela Maria Vieira da Silva

Comunicação Social

Maria da Trindade Mendes Paiva

Social Esporte e Lazer

Adilson da Silva Bastos

Suplentes

Aniceto Martins

Manoel Mesquita Rodrigues (em memória)

Nicolau Gomes da Silva

Robson Guedes Lassarot

Conselho Deliberativo

Presidência

Rosana Escudero de Almeida

Vice-presidência

Oswaldino Messias Aragão

Secretário

José do Nascimento Freitas

Membros

Alexsandro Cardoso da Cruz

José Carlos da Silva

Luzia Barbosa Ladeira Ferreira

Mario Pacheco

Marlene Pinheiro Correa de Mattos

Norma dos Santos

Waldyr Martins Lopes Júnior

Suplentes

Izabel Chanesman Pizzolante

Regina Fátima Martins Rachide

Francisco Vilaro

Gil Pires Ferreira

João Batista Cerqueira Turon

Conselho Fiscal

Edson de Camargo Castro

Rivaldo Barreto dos Santos

Valmir de Oliveira

INFORMATIVO ANFIP-RJ

Informativo Anfip-RJ é uma publicação de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Estado do Rio de Janeiro.

SEDE: Rua da Quitanda nº 30-12º andar. Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20011-030

Telefones: (21) 2509-8771 e (21) 2242-7472

email: anfip-rj@anfip-rj.org.br - Internet: www.anfip-rj.org.br

Facebook: www.facebook.com/anfiprj

Presidente: Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

Diretora de Comunicação Social: Maria da Trindade Mendes Paiva - Revisão: Sônia Maria Cunha dos Santos

Tiragem: 1.300 (mil e trezentos) exemplares

GDAT – Associado (a) fique alerta contra golpes!

ATENÇÃO ASSOCIADO (A): Se você receber ligação solicitando depósito prévio para liberação de valores de ação, **DESCONFIE**. É importante que os associados não forneçam dados bancários, RG, CPF, números de telefone ou quaisquer informações pessoais.

Preste atenção à notícia publicada no site da ANFIP no dia 24 de dezembro, sobre a condução do processo da Gratificação de Desempenho e Atividade Tributária (GDAT), a qual reproduzimos, na íntegra, a seguir:

“No dia 11 de dezembro, a ANFIP se reuniu com o juiz auxiliar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), Newton Pereira Ramos Neto, para cobrar agilidade na condução do processo da Gratificação de Desempenho e Atividade Tributária (GDAT). Em resposta às solicitações, o desembargador federal vice-presidente do TRF1, Kássio Marques, proferiu decisão na sexta-feira (20/12), negando o seguimento tanto dos Recursos Especiais interpostos pela União e pela ANFIP, quanto ao recurso extraordinário oferecido pela União.

No entanto, a decisão não foi suficiente para desblo-



quear os precatórios. Para que isto ocorra, a ANFIP deve continuar a recorrer para que o STJ, ao apreciar o recurso, casse a decisão do TRF1, que suspendeu os precatórios até o trânsito em julgado.

Diante dessa determinação sobre a permanência do bloqueio dos valores, é bem provável que a União apresente recursos contra a referida decisão dentro do prazo mais extenso de que dispõe, tendo

em vista que jamais deixou de impugnar, até a última instância, as decisões que lhe são desfavoráveis, ainda que estejam em conformidade com a jurisprudência dos tribunais superiores.

Segundo o advogado patrono do caso, Aldir Passarinho Junior, o recurso da ANFIP não acarretará atraso ao processo, pois será processado e julgado juntamente com o Agravo relativo ao Recurso Especial da União.

Portanto, o próximo passo da ANFIP é recorrer da decisão, buscando a admissão do recurso especial da Associação por via do Agravo em Recurso Especial (AREsp) ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para a liberação dos precatórios.”

ANFIP-RJ volta a receber representantes da Benevix



Dando sequência à reunião de 25 de setembro, para tratar da prestação de atendimento aos associados do Rio de Janeiro, a ANFIP-RJ voltou a receber, na sede social em 27/11, o Dr. Marcio Almeida e o Sr. Igor Brum, Consultor e Coordenador de Relação Empresarial da Benevix, respectivamente, com o objetivo de esclarecer a evolução dos assuntos anteriormente tratados, que não só se referiram ao atendimento, mas também ao preço pago pelo serviço oferecido. Além da diretoria, participou da reunião o associado José Mario de Carvalho Machado.

A administradora informou que, após discutidos os problemas levantados pelos associados do Rio de Janeiro, a visita à cidade também tinha por objetivo uma reunião com a Unimed local, para tratar da disponibilidade dos

serviços da rede para o associado do plano, e que tão logo essa negociação fosse concluída a informação seria repassada à Associação.

- Em 20/12, a ANFIP informou, por meio do seu site, que “após três meses de negociação junto à Benevix, a Associação renovou as tabelas com redução de 22%, em média, com exceção da última faixa, cujo redutor será de 12%”.

A notícia esclarece que a data do reajuste será em fevereiro e que haverá avanços no atendimento do plano de saúde e na rede de serviços prestados, informando ainda que “fará a divulgação dos valores das tabelas e de todas as mudanças mais importantes que forem implementadas no plano de saúde da ANFIP/Benevix/Unimed”.

Almoço de Confraternização ANFIP/RJ 2019





Governo agiliza digitalização de documentos (*)

O Brasil tem ao menos 20 bases federais que guardam dados de documentos como CPF, RG, passaporte e cartão do SUS. Um cadastro ligado ao **INSS**, por exemplo, tem 51 bases replicadas nele, que constam informações laborais da base do FGTS a dados sensíveis, como a biometria do título de eleitor.

Considerando 22 ministérios, dezenas de autarquias, institutos e universidades públicas, o número de bases pode ultrapassar 500, de acordo com estimativa de especialistas baseada no Sisp, sistema federal de tecnologia de informação.

O governo pode saber da vida econômica, das relações empresariais, do histórico estudantil, do parentesco e do local onde os cidadãos moram, além da cor da pele e a impressão digital.

A partir das bases já disponíveis, não seria preciso, por exemplo, quebrar o sigilo de dados bancários para combinar a base do CPF com a do Caepf (Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física) e mapear a atividade econômica de uma pessoa.

Também não seria necessário instalar um sistema chinês de câmeras inteligentes na rua para atrelar essas informações financeiras ao rosto de alguém. Bastaria ligar dados do Caepf à foto da carteira de habilitação - que está disponível à administração pública.

O governo tem informações sobre o piso da casa, se a pessoa faltou ao trabalho, se tem parentesco com presidiário e se a residência dispõe de energia elétrica. Dados desse tipo estão no CadÚnico, um cadastro para fias de assistência social como Bolsa Família.

O cruzamento de informações nesses bancos é necessário para a criação de políticas públicas. O fluxo de dados foi facilitado por dois decretos editados em 2019 pelo governo Jair Bolsonaro. A ação integra uma estratégia que busca digitalizar e unificar os serviços ao cidadão.

Por meio das secretarias de Governo Digital e de Desburocratização, o Ministério da Economia intensificou a pauta este ano. Diz ter digitalizado mais de 500 serviços, que podem gerar uma economia anual de R\$ 100 milhões. A meta é chegar aos 100% digitalizados.

Para dar esse serviço na ponta, o governo mexe em pontos estruturais e menos visíveis. Tornou mais fácil para um ministério usar dado de outro e implementou um cadastro cuja plataforma tecnológica estará relacionada a dezenas de bases públicas.

Uma das idéias é que o cidadão não precise mais atualizar seus dados -seja o nome de solteiro ou novo endereço- em uma série de órgãos, mas em apenas um. Unindo isso a aplicativos e serviços unificados em um site, a pasta quer reduzir filas, custos aos cofres e minimizar fraudes.

“Temos o objetivo de aumentar o compartilhamento de dados dentro do governo. Estamos em um programa acelerado e o dado tem que circular”, diz Luis Felipe Salin Monteiro, secretário do Governo Digital.

Segundo ele, é preciso sincronizar as bases distribuídas, como do Ministério da Infra-estrutura e da Receita Federal, por exemplo, para evitar duplicidade. O governo usa o conceito “ask once” (pergunte uma vez, na tradução do inglês).

“Um cidadão que quiser receber benefício do auxílio-desemprego ou licença-maternidade vai conseguir de forma menos burocrática porque diferentes órgãos poderão checar sua biometria, hoje cadastrada em tribunais eleitorais ou na PF para passaporte”, diz.

Os aplicativos federais poderão contar com funções de reconhecimento facial e leitor biométrico para autenticar a identidade dos cidadãos. Por isso que o governo incluiu no texto de um dos decretos trechos como “formato da face”, “voz” e “maneira de andar” ao descrever dados biométricos. A previsão de investimento do Ministério da

Economia é de R\$ 2 milhões para a interoperabilidade, incluindo a implantação do cadastro base, APIs e blockchain.

A pauta tem avançado, mas não é de hoje. Desde 2010 foram criadas políticas para governança de dados e, em 2016, durante o governo Temer, a estratégia de governo digital

“Dilma e Lula pecaram mais por omissão do que por tentar fazer alguma coisa. Apesar de o Brasil ter firmado parceria pelo governo aberto em 2011, não houve investimento robusto em questões como identidade digital. Alguns exemplos esta -duais se destacaram, como o Login Cidadão, no Rio Grande do Sul, que conseguiu dar ao cidadão o controle sobre os dados”, diz Adriana Meireles, cientista política da UnB (Universidade de Brasília) e pesquisadora de proteção de dados.

Apesar de objetivos desejáveis como mais praticidade e diminuição do tempo de espera em filas, algumas medidas encontram resistência dentro do Congresso e na comunidade acadêmica. “A ideia de ter um governo com acesso a todos os dados, independentemente da finalidade, é absurdo. Isso pode escalar para casos extremos de mau uso para segurança pública, discriminação e vigilância”, diz Meireles.

O ponto crucial do debate é o da finalidade. Apesar de mencionar a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), o decreto que cria o cadastro base minimiza o fato de que o cidadão fornece um dado porque sabe que ele será usado para determinado fim, não para outro.

Além disso, os decretos não incluem previsão de um canal de transparência para que as pessoas tenham conhecimento sobre o uso de suas informações por diferentes órgãos.

Outro ponto de atenção é que, nesse cenário, estatais operadoras de grandes bases de dados, como Serpro e Data-prev, deverão ser privatizadas. Pesquisadores temem que haja abaso do setor privado.

“Vários países têm unificação, já é uma realidade. O que é crítico é que assumiu-se que o comitê gestor [um conselho que vigiaria o uso de dados do poder público], criado só por pessoas do governo, estaria sob vigilância da recém-criada autoridade de proteção de dados, mas isso não está explícito no texto”, diz Alexandre Barbosa, engenheiro e pesquisador do ITS-Rio (Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro).

A preocupação central é que, se o poder público também não for vigiado, ele terá recurso para saber o que quiser de um cidadão sem prestar contas disso, o que iria contra princípios da LGPD e da OCDE, que sugere que sejam especificados os propósitos diferentes para os quais um dado foi coletado.

Além de identificar um cidadão por dados simples preenchidos em qualquer cadastro, como nome, idade e local de nascimento, o governo pode criar um retrato preciso da vida de uma pessoa.

“Cria-se uma imensa capacidade de perfilamento com dados de saúde e até de lugares frequentados, porque o cidadão coloca o CPF na nota ao comprar em um supermercado”, afirma José Laranjeira de Pereira, advogado e pesquisador de direito e internet.

Se dados biométricos forem incluídos no cadastro, como face captada por uma câmera, será possível saber se a pessoa atravessou a rua fora do semáforo, se jogou chiclete no chão, onde vai, com quem vai.”

O governo diz que disponibilizará um mecanismo de transparência para que o cidadão saiba qual o uso de seu dado, incluindo nome do servidor. E que atuará próximo a autoridade de proteção de dados, que transações serão realizadas com estrita privacidade e que o sigilo será respeitado.

(*) Folha de São Paulo, 06/01/2020, pag. A 14

Reforma Administrativa

A Câmara dos Deputados foi palco do lançamento do livro “Reforma Administrativa do Governo Federal – Contornos, Mitos e Alternativas”, efetuado em 15 de outubro do ano passado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. A publicação conta com o apoio do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do qual a ANFIP faz parte.

José Arinaldo Ferreira (Vice-Presidente de Política de Classe e Política Salarial), destacou a importância do evento para o serviço público nacional, lembrando “da presença da ANFIP nos momentos difíceis em que se encontrou a sociedade brasileira e não poderia deixar de estar presente num evento tão importante”.

O livro traz um profundo estudo sobre o tema e discorre sobre as bases para um serviço público de qualidade, além de expor diretrizes para uma Reforma Administrativa republicana e democrática.



Chá dançante homenageia aniversariantes de outubro a dezembro



Em 7 de novembro passado, a Associação homenageou os aniversariantes do período de outubro a dezembro com um charmoso “Chá Dançante”. A ocasião foi bastante festejada pelos sócios e convidados presentes. A animação ficou por conta do músico Marcus Lima.

Nesse mesmo dia, foi anunciado o lançamento da mais recente obra literária do colega Hilton de Oliveira Rego, intitulada “O ACHADO: O PERIGO MORA AO LADO”. Auditor Fiscal aposentado, Hilton vem se dedicando à literatura há algum tempo, “Com a Cara e a Coragem” é o título do seu primeiro livro.



ATENÇÃO

Baile pré-carnavalesco abre a temporada de eventos da ANFIP-RJ

Anote: 13/02, a partir de 16h:30m

Alô aniversariantes do período de janeiro e fevereiro, vocês são nossos convidados especiais. Venham comemorar conosco, não esqueçam a fantasia e de confirmar a presença!

Associado e diretor da ANFIP-RJ homenageado na RFB

Adilson da Silva Bastos, diretor Social Esportes e Lazer foi agraciado com Portaria de Elogio no tradicional evento dedicado ao dia do Servidor Público, realizado em 10 de dezembro, no salão nobre da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal.

A ANFIP-RJ parabeniza o nosso diretor pela valorosa conquista.



Chegou o Verão, a estação que se caracteriza pelas elevadas temperaturas e, normalmente, pelo aumento dos índices pluviométricos.

Nessa estação, os dias são mais longos e as noites mais curtas, em virtude da maior incidência solar em um dos hemisférios, e na qual podem ser observadas mudanças repentinas de tempo, como as chamadas chuvas de verão, que apesar de intensas são de rápida duração e acontecem, geralmente, ao final da tarde.

Alerta para os cuidados durante a estação!

- Com o corpo: manter a pele limpa (a exposição ao sol, provoca ressecamento e, conseqüentemente, aspereza e envelhecimento da pele); beber bastante água (2 a 3 litros por dia); usar roupas leves; praticar exercícios físicos; comer alimentos frescos (mamão, cenoura e beterraba contém alto teor de carotenoide, substância que possui ação antioxidante e contribui para a saúde da pele); usar protetor solar e evitar a exposição ao sol no período entre as 10h e 16h;

- Com o aumento do volume das chuvas, podem ocorrer enchentes e aparecimento de doenças infectocontagiosas, tais como: Leptospirose; Hepatite A; Diarreia Bacteriana e Febre Tifóide.

Observados os devidos cuidados, aproveite bem o Verão!.



Freepik

Anunciada a realização do XVII Encontro Nacional da ANFIP.

Essa edição acontecerá em Florianópolis no período de 28 a 30 de maio de 2020.

Acesse o site www.anfip.org.br e obtenha todas as informações sobre o evento.

Compareçam, o Encontro Nacional é uma grande oportunidade de revermos os colegas de todo o Brasil.

XVII ENCONTRO NACIONAL
DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CENTROSUL 28 a 30
MAIO 2020

AV. GOV. GUSTAVO RICHARD, 850 - CENTRO
FLORIANÓPOLIS-SC

